

Irmandades Religiosas.

Verbete extraído do Dicionário da Escravidão (pág.182)
Alaôr Eduardo Scisínio

Júlio José Chiavenato disse em *O Negro do Brasil*, p.156, que as irmandades católicas eram mais organizações criadas “de fora”, pelos brancos, para afastar os negros das igrejas dos senhores e mantê-los separados entre si. Mas outras organizações existiram tentando aglutinar os negros, embora não prosperassem. Entretanto, esse possível comportamento dos senhores não era da igreja que mantinha em seu seio inúmeras irmandades que abrigavam os escravos. Tudo indica que as primeiras Irmandades do Rosário foram as do Rio de Janeiro, de Belém e da Bahia. A confraria carioca foi organizada por volta de 1639 e reconhecida pelas autoridades eclesiásticas trinta anos mais tarde; o compromisso da de Belém data de 1682 e, quanto à da Bahia, cuja época de fundação se desconhece, já estava em funcionamento em 1685. A do Recife será mais ou menos contemporânea da sua congênere da Bahia e somente alguns anos mais antiga do que as de Olinda e Igarauçu. Vieram em seguida as de Parati (1722), da Laguna (1745), do Desterro, atualmente Florianópolis (1750), segundo Rosângela Cavallazzi, e a de Vitória (1765). Com o fervor e o entusiasmo de novos cristãos, os pretos africanos estenderam o culto da Senhora do Rosário a toda parte, levantando capelas, com ou sem acompanhamento de irmandades, em vilas e cidades. Estava-se na época do desbravamento do Oeste- e , ao mesmo tempo que se fundava uma capela em Campos, no litoral, construíam-se outras em Paracatu (Minas Gerais), no Rosário da Meia Ponte (Goiás), em Diamantino (Mato Grosso)... Quatro anos após a descoberta das “terras mineiras” goianas, já se erguia a capela da Senhora do Rosário de Goiás (1734). Santos pretos, ou como tal considerados, Ifigênia, Elesbão, Antonio de Catalagirona, Edvigés, Antonio de Lourdes e outros, tinham altares nas igrejas e capelas ou saíam em charola nas procissões. Santuários sob outras invocações, como o da Senhora das Mercês, de Sabará, foram edificados pelos ladinos, testemunhando o vigor desse período e associação íntima do escravo africano à religião católica. A devoção a São Benedito, difundida desde a morte do santo (1589), foi autorizada pela Igreja somente em 1743. Isto retardou consideravelmente a organização de irmandades dedicadas exclusivamente ao mouro siciliano. A da Bahia, por exemplo, não pôde funcionar antes de 1812. Desde 1639, pelo menos no Rio de Janeiro, porém, Benedito e a Senhora do Rosário andavam de mãos dadas – e mal acabava a Igreja de reconhecer o seu culto erguia-se em Cabo Frio, ainda que não por obra dos pretos, uma igreja sob sua invocação (1761), à

qual se seguiram outras no Paraná e sobretudo em São Paulo, em Minas Gerais e na região amazônica. As danças dos moçambiques, tanto as antigas, de que não há descrição conhecida, como as atuais, as mouriscas da Europa, sempre estiveram associadas ao culto de São Benedito. E, ainda agora, no vale amazônico, onde as suas irmandades são mais numerosas e atuantes, a folia de São Benedito, embarcada em canoa, faz peditório de esmolas entre os vizinhos de rio abaixo e rio acima, antes de descrever a meia lua tradicional no porto de chegada. (*Apud* Edson Carneiro, *Ladinos e crioulos*, p.88-89) Clóvis Moura, em oposição ao que pensa Chiavenato, diz à p. 49 de *Brasil – As novas raízes do protesto negro*: “ No que diz respeito a organizações religiosas, elas algumas vezes extrapolavam e se constituíam em órgãos de luta contra a exploração do negro, embora nem sempre de forma consciente. As irmandades como a do Senhor do Bonfim, São Benedito, Santa Ifigênia, São Jorge, São Elesbão, Santo Antônio de Catalagirona, São Gonçalo e Nossa Senhora do Rosário, além de outras, desempenharam esse papel. O culto de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, era desenvolvido pelos negros em diversas regiões do país. Em São Paulo os negros, sob a proteção dessa santa, organizaram a irmandade ‘Os Pretos do Rosário de São Paulo’. Essa irmandade nasceu da impossibilidade de os negros poderem exercer livremente as suas crenças africanas, mas, também, da necessidade de se organizarem para não caírem em estado de anomia. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e outras, sobretudo as disseminadas nos núcleos auríferos, são um laboratório para o pesquisador. Todas revelam uma face diferente da escravidão. Em meados do século XVIII existiu, por exemplo, em Vitória, no Espírito Santo, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. A 23 de julho de 1765, o capitão Filipe Gonçalves dos Santos, com a anuência da família, doou um terreno. Foi erguido o templo e construído o cemitério. União de esforços em torno de uma nobre causa de alto valor formativo sob o aspecto social e humanitário. Era a igreja dos negros por eles edificada. Por ocasião do falecimento de algum membro, as mesmas solenidades litúrgicas dos brancos e uma condigna sepultura. A Provisão que contém a licença para edificação é de 14 de setembro de 1765. D. João VI, quarenta e nove anos depois, em 1814, a 19 de julho, aprovou o Compromisso da irmandade. No Rio Grande do Sul “ desde 1876 existia, em Porto Alegre, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de negros livres e escravos, que visava comprar cartas de liberdade, a alfabetizar e amparar escravos e crianças negras órfãs, bem como a enterrar e a rezar missa por confrades mortos. A confraria mantinha-se através de doações, salientando-se, por sua originalidade, o gesto de D. Antônia Ferreira da Cruz, que em 1822, doa à instituição um escravo de sua propriedade, com 38 anos e valendo 400\$000

réis. A confraria, com permissão do juiz de órfãos, aceita a doação e liberta-o imediatamente, em cerimônia solene com a presença de D. Sebastião Dias Laranjeira”. (Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho, *A Igreja e a escravidão*, p.83) Existiam, é certo, irmandades que se distanciavam bastante da meta, afastando-se até mesmo da doutrina cristã. As Irmãs Clarissas do Convento do Desterro, na Bahia, por exemplo, fundado em 1676, tinham 298 escravas, sendo 8 negras propriedades da congregação, que contava 81 religiosas professas, e 290 oferecidas como dote das Irmãs à sua entrada no mosteiro. No Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil, muitos dos escravos urbanos tiveram uma vida social, cultural e religiosa dificilmente possível ao escravo agrícola. As Irmandades religiosas que abriam suas portas aos negros livres, forros e escravos, como as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e outras, foram fenômenos fundamentalmente urbanos. Além das atividades religiosas, elas enterravam os confrades mortos e rezavam missas pelas suas almas, socorriam os irmãos necessitados, apoiavam as crianças negras órfãs e promoviam a “liberdade de filhos dos irmãos cativos”. Para participar nessas confrarias, os cativos necessitavam de uma licença escrita dos senhores. No dia 3 de maio de 1866 o capítulo-geral declarou livre todos os que nascessem dentro dos muros dos conventos beneditinos. Este modo de agir inspirou a Lei do Ventre Livre. Três anos depois o mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, promovia a libertação de todos os seus escravos com mais de 50 anos e, em 1871, mantinha três mil cativos. No tocante a este posicionamento, Joaquim Nabuco faz esta interpretação: “ Os monges de São Bento forravam os seus escravos e isso produziu entre os panegiristas dos conventos uma explosão de entusiasmo.” O ano de 1871 marcou o princípio de um belo costume que se fixou entre os Carmelitas de alforriarem os cativos, ficando com a penas o indispensáveis para o trabalho das casas. Quanto aos Franciscanos, mostra Frei Venâncio Wiileke que “o famoso Custódio (superior-geral) do Maranhão, Frei Cristóvão de Lisboa O.F.M., em 1747, condenou tanto a escravatura dos nossos índios como o tráfico do elemento africano.

Outros verbetes:

Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco - Entidade episcopal do Espírito Santo que criou uma Associação Emancipadora com a finalidade de libertar os escravos através de alforrias.

Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios – Na tipografia da Redenção reuniam-se, quase diariamente, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos

Remédios, em sua maioria operários negros, e também muitos outros abolicionistas. Era verdadeiro clube revolucionário. Uns aventavam idéias, traziam notícias; outros redigiam artigos; este lembrava um alvitre, aquele apresentava novos adeptos, quase todos deixavam modesta contribuição. Interessante: havia liberais, conservadores, republicanos; não se discutia política! A idéia única, avassaladora de todos os espíritos, escopo de todas as vontades, apagava entre nós as divergências partidárias. Neste heterogêneo ajuntamento salientou-se, logo, um grupo de indivíduos dispostos a tudo, distinguidos pelo qualificativo de caifases, como lhes chamava Antonio Bento, não se sabe por que analogia. Esta denominação vulgarizou-se e tornou-se, entre os abolicionistas, título de benemerência.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Na libertação dos cativos, teve papel saliente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, uma das mais antigas do Rio de Janeiro. A devoção da “Senhora do Rosário” parece ter vindo com os escravos da costa da África, por motivos que o erudito Dr. Francisco da Silva Castro expôs em carta, de 1874, dirigida ao historiador nacional Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro). É certo que, em vários pontos do Brasil, as irmandades de pretos foram, desde muito, fundadas sob a invocação de nossa Senhora do Rosário. A associação, em uma mesma irmandade, desta “Senhora” com São Benedito, naturalmente resultou de ter sido este um escravo preto, canonizado. Nada mais natural do que a reunião da excelsa protetora e do seu digno protegido... Desde 27 de novembro de 1779, a Irmandade a que aludimos gozava, por provisão régia, da vantagem de poder alforriar, mediante indenização do valor, os escravos que eram maltratados pelos respectivos senhores ou que eles queriam vender por castigo. No “compromisso” ou regulamento interno da irmandade há uma larga parte referente à obrigação de vir em socorro dos irmãos escravos. Esta obrigação os irmãos do Rosário (inspirados, nos últimos tempos da propaganda, pelo grande pregador Monsenhor Brito) souberam cumprir, galhardamente, para com escravos em geral. Além da alforrias, que obtinham publicamente, praticavam serviços secretos, subvencionavam a imprensa abolicionista, ajudavam freqüentemente a José do Patrocínio. Não sabemos exatamente quando se formou. Antonil, em 1711, já se refere às festas de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, nas capelas dos engenhos. São Benedito, morto em 1589, imediatamente depois de sua morte passa por taumaturgo e, por causa de sua cor, torna-se logo o protetor dos negros (embora seu culto permaneça à margem do catolicismo ortodoxo; não foi senão autorizado pela igreja posteriormente, em 1743; sua canonização data de 1807). O culto de

Nossa Senhora do Rosário fora criado por São Domingos de Gusmão, mas estava fora de moda, sendo restabelecido justamente nas épocas em que os dominicanos enviaram seus primeiros missionários para a África; daí, sua introdução e sua generalização progressiva no grupo de negros escravizados. (*Apud* Roger Bastide, *As Religiões Africanas no Brasil*, p.163).